

**DOCTRINA**

**ARTIGOS**

Grupos econômicos

<b>Humberto Ávila</b> .....	9
-----------------------------	---

Imposto de Renda sobre herança e doação. Art. 23 da Lei 9.532/97 e as correntes doutrinárias que se formaram. O art. 96 da Lei 8.383/91. A E.M. de 02.05.2016 que ajusta a tributação da doação e herança

<b>Vittorio Cassone</b> .....	23
-------------------------------	----

1	Introdução .....	24
2	A legislação duvidosa e o manicômio jurídico tributário .....	25
3	Poder tributário, competência e capacidade .....	27
4	A natureza jurídica da "isenção" do art. 6º, XVI, da Lei 7.713/88 .....	29
5	O art. 23 da Lei 9.532/97 instituindo o IR sobre herança e doação.....	32
5.1	As correntes doutrinárias que se formaram ao examinarem o art. 23 da Lei 9.532/97.....	38
5.1.1	A 1ª corrente: competência exclusiva dos Estados.....	39
5.1.2	A 2ª corrente: constitucionalidade do art. 23 da Lei 9.532/97 .....	45
5.1.3	A 3ª corrente: constitucional o art. 23 da Lei 9.532/97 mas inconstitucional seu §2º .....	49
5.1.4	O nosso entendimento, e a criação da 4ª corrente, caso superada a questão da tributação privativa dos Estados .....	59
5.1.5	A declaração de inconstitucionalidade pelo TRF 1ª Região .....	62
6	A Exposição de Motivos de 02.05.2016 que ajusta a tributação da doação e herança.....	63
7	O art. 96 da Lei 8.383/91, o STF e o princípio da igualdade .....	68
8	Neoconstitucionalismo e interpretação .....	81
9	A tributação do ganho de capital "entre vivos" prevista na Lei 7.713/88.....	85
10	ITCMD. Capacidade contributiva, progressividade e igualdade. Impostos de caráter real ou pessoal. Art. 145, §1º, CF/88. RE 562.045/RS.....	91
11	Conclusões .....	95

O questionamento sobre benefícios fiscais a favor de agrotóxicos

<b>Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho</b> .....	99
--	----

1	Introdução .....	99
2	A constitucionalidade de benefícios fiscais do ICMS e do IPI a favor dos agrotóxicos em face da norma constitucional da seletividade do ICMS e do IPI.....	100
3	Conclusão .....	107
	Referências bibliográficas.....	108

A necessária aplicação do resultado do RE 240.785 ao RE 574.706	
<b>Fábio Martins de Andrade, Mariana Zechin Rosauro, Bruno Ribeiro Lorenzoni</b>	109
I	Introdução ..... 109
II	Da vigência do NCPD e da uniformização da jurisprudência ..... 110
III	Da necessária aplicação do resultado do RE 240.785 ao RE 574.706 em virtude da vigência do NCPD ..... 113
IV	Do entendimento convergente da PGFN ..... 115
V	Da precedência do RE 240.785 à EC 45/04 ..... 116
VI	Do objetivo do STF ao eleger o RE 574.706 para reconhecimento da repercussão geral do tema ..... 116
VII	A repercussão geral como instituto processual voltado à resolução de temas, e não de recursos individualmente considerados ..... 118
VIII	Exemplos de recente aplicação pelo STF que corroboram a necessidade de se aplicar as normas do NCPD ..... 119
IX	Conclusão ..... 121

A imunidade do livro eletrônico: a visão fazendária acerca do alcance normativo do art. 150, VI, "d", Constituição Federal

<b>Luís Carlos Martins Alves Jr.</b>	123
I	Introdução aos casos concretos: RREE 202.149 e 595.676 ..... 123
II	A imunidade tributária como exoneração fiscal constitucionalmente qualificada ..... 124
III	O livro como bem imunizado constitucionalmente ..... 125
IV	A imunidade do papel e outros insumos ..... 127
V	Considerações finais ..... 134

IPTU Verde na atualidade: a extrafiscalidade como instrumento de proteção e preservação ambiental

<b>Ellen Lidiane de Moraes Silva, Celso de Barros Correia Neto, Júlio Edstron S. Santos</b>	135
1	Introdução ..... 135
2	Tributação ambiental no ordenamento jurídico brasileiro: breve análise ..... 136
3	Tributação ambiental e extrafiscalidade ..... 139
4	O IPTU Verde ..... 142
5	Conclusão ..... 147
6	Referências bibliográficas ..... 148

A restrição ao aproveitamento do ágio de rentabilidade futura nas operações entre partes dependentes

<b>Ramon Tomazela Santos</b>	151
1	Introdução ..... 151
2	O ágio de rentabilidade futura na Lei nº 12.973/2014 ..... 152
3	As operações de combinação de negócios ..... 155
4	O "ágio interno" na jurisprudência administrativa ..... 157
5	A invalidade da restrição completa ao aproveitamento do ágio em operações entre partes dependentes ..... 162
6	A ausência de caráter interpretativo na alteração legislativa ..... 172
7	Conclusões ..... 175
	Referências bibliográficas ..... 176